



## Entre diferentes histórias os capoeiras no livro didático

Oliveira, Josivaldo Pires de; Pinheiro Leal Luiz Augusto

Durante os primeiros anos da República no Brasil, muitos centros urbanos contaram com a participação dos capoeiras no processo político partidário e em sua vida social, que pode ser identificada na produção literária do período, o que foi constatado em estudos realizados no Pará, Bahia e Rio de Janeiro.<sup>1</sup> Entretanto, a literatura histórica produzida até a década de 1980, que compunha os manuais de ensino de História, oculta a participação desse segmento social na construção da história do Brasil, deixando-o ausente dos materiais didáticos. A partir de então, a produção histórica passou por processos de mudanças nos quais foram reavaliadas as abordagens sobre cultura e cotidiano das camadas populares. Assim, esses personagens e muitas de suas histórias foram recuperadas.

O objetivo desse capítulo é discutir os capoeiras, que, entre finais do século XIX e primeira metade do século XX, foram considerados marginais pelo discurso social e jurídico da época e que no livro didático História e civilização: o Brasil imperial e republicano, de Carlos Guilherme Mota e Adriana Lopez, têm reafirmado o mesmo estigma quando, na tentativa dos autores de denominarem quem foram eles, os identificam por "bandos de marginais".<sup>2</sup> Portanto, utilizando o livro didático como pretexto, procuramos analisar qual o lugar da capoeira no discurso histórico elaborado para um público mais amplo, tendo em vista ter se tornado esta prática cultural em um dos elementos simbólicos eleitos no processo de formação da identidade nacional brasileira.

A capoeira como novo sujeito da história

A produção historiográfica brasileira tem passado nas últimas décadas, principalmente a partir de 1970 e 1980, por processos de mudanças e revisões em sua abordagem, problematização e objetos temáticos. A história tradicional foi, aos poucos, "cedendo" lugar a uma história mais problematizadora, denominada Nova História, a qual tem valorizado as análises socioculturais.<sup>3</sup> Assim, a partir das novas concepções e perspectivas, "os chamados temas malditos, ou seja, quase todos que tratam dos excluídos sociais, sejam pobres, vagabundos, prostitutas,

negros, mulheres, índios, etc., encontraram guarida nesta Historiografia".<sup>4</sup>

Os estudos das camadas marginalizadas começaram a preencher as lacunas deixadas por uma forma "tradicional" de fazer história. Esses trabalhos deram voz às minorias sociais às quais foi negado, durante muito tempo, o reconhecimento como sujeitos do processo histórico, "trazendo de volta à memória os esquecidos da história: simples vagabundos, criminosos obscuros, bruxos de aldeias ou prostitutas".<sup>5</sup> Os títulos História e civilização, História: memória viva e Nova história crítica são alguns dos exemplos da influência dessa Nova História no livro didático.<sup>6</sup> Outro elemento que aponta essa influência é o livro paradidático, o qual tem como proposta uma análise mais detida sobre os conteúdos, entretanto, mesmo com caráter de maior criticidade, apresenta muitos problemas, questão esta que não será tratada aqui pois extrapola os limites desse capítulo.<sup>7</sup> Ainda assim, os segmentos sociais das camadas populares recuperados da obscuridade histórica a eles reservada aparecem com sua imagem "estereotipada", para tomar o termo empregado por Ana Célia da Silva em seus estudos sobre preconceito racial nos manuais didáticos.<sup>8</sup> A veiculação de uma imagem estigmatizada do capoeira compromete a aprendizagem do educando sobre os conteúdos que circundam uma história social que tem como protagonistas homens e mulheres das camadas populares. Este é o caso da capoeiragem e de seus agentes.<sup>9</sup>

A capoeira, como objeto de pesquisa, vem ocupando espaço junto aos estudos da história social, mas também em outras áreas de conhecimento das Ciências Humanas. Desde a década de 1980, pesquisas com o tema da capoeira têm sido desenvolvidas junto a programas de pós-graduação em História, Antropologia e Sociologia. Vale ressaltar que a capoeira já há algum tempo tem sido interesse da Antropologia.<sup>10</sup>

Várias são as dissertações de mestrado e teses de doutorado, assim como artigos e ensaios publicados em revistas especializadas, que tratam desta temática. Muitos desses trabalhos enfocam a participação política dos capoeiras na vida brasileira, principalmente no período que compreende a passagem do regime monárquico para o republicano. O final do século XIX e início do XX foi um período que marcou o universo da capoeiragem por ações de repressão policial respaldada pelo Código Penal de 1890, que entendia os capoeiras, a partir de referenciais da criminologia tradicional, como marginais de alta periculosidade, tendenciosos à prática de crimes perversos. Nesse sentido, tiveram os capoeiras sua prática cultural criminalizada e penalizada com prisão carcerária e, conseqüentemente, com deportação para o complexo de Fernando de Noronha, no litoral de Pernambuco.<sup>11</sup> Essas questões são prática cultural, associado diretamente ao delito penal previsto no artigo 402 do Código Penal de 1890, entrou em desuso principalmente a partir de meados do século XX, quando a capoeira ganhou status de esporte. Aqui é entendido como a prática cultural experimentada cotidianamente pelos atores e

atrizes da capoeira abordadas no livro didático História e civilização e sobre as quais teceremos algumas considerações.

História e civilização é um livro voltado para o ensino fundamental e está organizado em 4 volumes: O mundo antigo e medieval; O mundo moderno e contemporâneo; O Brasil colonial; O Brasil imperial e republicano. O sumário está organizado em partes e as partes em alguns capítulos. O volume que trata sobre o Brasil imperial e republicano é o que nos ocupamos aqui.

Ao organizar o conteúdo sobre a República Velha, os autores tratam sobre as questões políticas e socioeconômicas. Intitulam o segundo capítulo de Rebeldias e oposições, apresentando a Guerra de Canudos, Contestado e a Revolta da Vacina. Quando os autores tratam da instabilidade política, procuram apresentar a participação das camadas populares:

Os clubes jacobinos e os batalhões patrióticos eram os principais responsáveis pelo clima de tensão política. Eles pressionavam o governo a adotar reformas que beneficiassem os setores populares da cidade do Rio de Janeiro. O governo respondia com a repressão:

Os capoeiras, marginais que formavam bandos organizados a mando de políticos, foram deportados para Fernando de Noronha.

Os anarquistas estrangeiros, responsáveis pelas greves, foram perseguidos e deportados.<sup>12</sup>

pela denominação capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal; Pena de prisão celular de dois a seis meses. Parágrafo único. É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes ou cabeças, se imporá a pena em dobro." Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil de 1890.

Nenhum acontecimento é apreendido de maneira direta e completa, mas incompleta e literal, a partir de documentos e testemunhos: os indícios. Portanto, as interpretações que se deve ter sobre determinado fato devem ser consideradas como parciais e inconclusas. Paul Veyne é enfático quando insinua que não podemos compreender o acontecimento ocorrido em um passado "como se estivesse lá".<sup>14</sup>

Ao traçarmos os termos da frase encontraremos o seguinte: "Os capoeiras foram deportados para Fernando de Noronha". A construção da frase tem caráter determinante sobre o fato: "to-dos os capoeiras foram deportados". No entanto, os autores não estavam lá para verificar, como ressalta Paul Veyne. E se estivessem, ainda assim, não deveríamos tomar seus testemunhos como o fato propriamente dito e, sim, indícios para uma das várias interpretações que se poderia ter sobre a deportação dos capoeiras.

Assim, a forma como foi construída a frase apresenta algumas complicações do ponto de vista histórico e, portanto, das possibilidades de leituras sobre os capoeiras na história do Brasil. A simples leitura do texto em questão induz à conclusão de que os capoeiras foram

marginais deportados para Fernando de Noronha. Obviamente que esta é uma realidade histórica bastante documentada pela historiografia. Entretanto, as experiências dos capoeiras não podem ser reduzidas a apenas este aspecto de sua vida social. Cabe refletir qual o lugar reservado para esses agentes culturais e qual o lugar que deveriam ocupar no livro didático de história. Sobre essa questão, Ana Célia da Silva afirma:

Torna-se necessário refletir até que ponto as culturas oriundas dos grupos subordinados na sociedade, cujas contribuições não são consideradas como tradição e passado significativo e, por isso, são invisibilizadas e minimizadas nos currículos, poderão vir a ser objeto de investigação e constituir-se na prática educativa dos professores. Por outro lado, os autores dessas culturas são representados, em grande parte, nos meios de comunicação e materiais pedagógicos, sob forma estereotipada e caricatural, despossuídos de humanidade e cidadania.<sup>15</sup>

Corroborando com Ana Célia da Silva, evidenciamos que os capoeiras não são apresentados no livro didático em questão como agentes de uma prática cultural de "tradição e passado significativo", podendo "vir a ser objeto de investigação", como já o é, "e constituir-se na prática educativa dos professores".<sup>16</sup> Não é intenção aqui, com este argumento, descartar outras experiências sociais vivenciadas pelos capoeiras, a exemplo do universo da criminalidade, entretanto, não pode ser perpetuado o estigma de marginais, sem compreendê-los como agentes do processo histórico.

Notas:

1 Ver respectivamente: LEAL, L. A. Capoeira, boi-bumbá e política no Pará republicano, 2005, OLIVEIRA, J. P. de. No tempo dos valentes, 2005, PIRES, A. L. C. S. A capoeira na Bahia de Todos os Santos, 2004, SOARES, C. E. L. A negregada instituição, 1999.

2 MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. História e civilização: o Brasil imperial e republicano. São Paulo Moderna, 1992.

3 Por História Tradicional nos referimos à historiografia que prima pelo discurso unanimista dos grupos dominantes, construindo uma história dos "grandes homens" e "heróis", descartando as "minorias sociais" como agentes do processo histórico.

4 FENELON, Dea Ribeiro. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. Pro-jeto História. São Paulo, v. 10, dez., p. 68, 1993.

5 SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais, 1995. p. 284.

6 MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. História e civilização, 1992, VICEN-TINO, Cláudio. História: memória viva. São Paulo: Scipione, 1998. v. 4, SCHIMÍDT, Mário. Nova História Crítica. São Paulo: Nova Geração, 1999. 4 v .

7 Segundo Ernesta Zamboni a mensagem conservadora transmitida nessas obras, na veiculação das idéias e imagens relativas ao poder. Ver: ZAMBONI, Ernesta. O conservadorismo e os

paradidáticos de história". Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 13, n.25-26, 1994.

8 Ver SILVA, Ana Célia. A discriminação do negro no livro didático. 2 ed. Salvador: Edu-fba, 2004 e SILVA, Ana Célia. Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático. Salvador: Edufba, 2003.

9 Assim como o termo "capoeiras", "capoeiragem" merece um esclarecimento. Além de seus outros significados, a exemplo de prática de arruaceiros, esse termo re-presenta o ato do capoeira, o jogo etc. Por ter sido, no período da criminalização dessa

10 Ressalte-se que ainda na década de 1960 um estudioso baiano se dedicava a uma análise socioetnográfica da capoeira, portanto, matéria da Antropologia. Ver REGO, Waldeloir. Capoeira angola.

11 Sob a epígrafe "Dos vadios e capoeiras", encontramos o seguinte artigo: "Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecida

12 MOTA, C. G.; LOPEZ, A. História e civilização. 1998. p. 100. Os autores não deixam claro se os capoeiras participavam dos clubes jacobinos ou dos batalhões patrióticos. No trecho transcrito acima, os autores dão por encerrada a compreensão sobre os capoeiras como sendo marginais "deportados para Fernando de Noronha". Há, neste caso, um problema de narrativa histórica, pois está para além de todos os documentos e "não mostra o passado ao vivo", na feliz expressão de Paul Veyne.<sup>13</sup>

13 VEYNE, Paul. Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UNB, 1982. p. 12.

14 MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. História e civilização, 1992.

15 SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2001. p. 13-14.

16 Datam de finais da década de 1980 os primeiros trabalhos acadêmicos, ou seja, oriundos de pós-graduação, sobre a História da Capoeira, portanto, anterior à primeira edição do livro didático analisado. Uma revisão crítica desse trabalho pode ser acompanhada em SOARES, Carlos Eugênio Libano. A negregada instituição, 1999 e OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. No tempo dos valentes, 2005.